

Uso do território e investimento público

1. Introdução

Tomar o território como base para seu próprio entendimento e para a proposição das intervenções sobre ele é tarefa tão difícil quanto rara.

Num sentido mais restrito, território é o nome político para o espaço de um país, isto é, a existência de um país supõe um território, o que já não ocorre com a existência de uma nação. Nação pode prescindir seja do território, seja do Estado e, se é possível falarmos de territorialidade sem Estado, o contrário é impossível: não há Estado sem território. O que interessa discutir, então, não é o território em si, os limites físicos, o conteúdo material ou a definição política que está contida no território Estado, mas sim o território socialmente usado. O que implica decifrar sua constituição como unidade e diversidade, considerar, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças, atentando para o fato de que a redistribuição do processo social e, portanto, o uso que se faz do território, não é indiferente nem às formas herdadas e nem à incidência diferenciada dos eventos contemporâneos.

Território usado envolve a consideração do acúmulo de tempos correlacionados à indissociabilidade entre forma e conteúdo, tanto resultado do processo histórico, quanto base material e social das novas ações humanas. É a dinâmica da sociedade que nos aponta o futuro, mas é

também ela que fica oculta pela solidez da base material, solidez decorrente mais do tempo de permanência dos objetos no território do que dos usos possíveis a que eles estão socialmente submetidos. Nosso olhar tende a repousar, antes de tudo, sobre eles e não sobre as ações que os animam, tornando-se um olhar cativo da ordem, da norma, um olhar redutor, que pretende eleger, na diversidade que compõe nosso dia-a-dia, apenas aquilo que é contínuo, duradouro e que supomos seguro.

Essa continuidade segura e previsível, entretanto, não representa um avanço na procura de caminhos que nos permitam enfrentar as contradições sociais e sua materialidade territorial. Considerados como manifestações específicas das lógicas que entrelaçam objetos e ações, espaço, território, paisagem e lugar não podem ser, sob essa perspectiva, dissociados, isto é, analisados separadamente, porque constituem diversas feições da solidariedade, da articulação, da representação e da relação entre um sistema de objetos, um sistema de ações e sua mediação, que são as técnicas ou os sistemas técnicos¹.

Os sistemas técnicos participam da conformação do território – de sua apropriação e utilização – por meio de um processo de desenvolvimento desigual e combinado e de sua inserção desigual na história, no tempo e no espaço. Para Milton Santos, “a cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada” (SANTOS, 1996, p. 46). Ao se tornarem território, ou insumos, ou objetos ligados à produção (SANTOS, 1996), os conjuntos de técnicas obrigatoriamente se representam na paisagem, criando lugares onde a vida cotidiana é historicamente determinada pelos sistemas de objetos e pelos sistemas de ações em articulações específicas.

Mas, os sistemas de objetos e de ações que se representam na paisagem, nem sempre são percebidos como integrantes do cotidiano. A dimensão abstrata que marca, na atualidade, o discurso sobre o território, enfatiza sempre mais seu aspecto lógico, científico e técnico, em detrimento de seus valores substantivos, da qualidade e da intencionalidade das ações e dos objetos que o compõem. Por outro lado, os lugares são cada vez mais associados a uma qualidade mensurável do espaço, uma relação

correta entre a natureza e os artefatos humanos, onde a ênfase está mais no seu conteúdo técnico-científico, do que no seu conteúdo comunicativo ou informacional (PEREIRA LEITE, 1998, p. 58-59, inédito). É mesmo bastante difundida a idéia de anti-espço e de não-lugar para designar aquelas situações em que espaço e lugar são entendidos principalmente como focos de acontecimentos, concentrações dinâmicas ou fluxos de circulação, esvaziados de seu conteúdo existencial, identidade ou memória. O anti-espço e o não-lugar seriam, exatamente por suas características de infinitude, independência e mobilidade, os protagonistas da paisagem contemporânea, transformada em lugar virtual de conhecimento da sociedade², uma proliferação sem limites de próteses, simulacros, cenários, irrealidades. A paisagem, porém, é o registro dos processos culturais e técnicos que nos impressiona os sentidos e, como tal, instrumento valioso para desvendar o universo intrincado e por vezes indecifrável das razões, referências, convergências e conflitos que constituem a história do território.

2. Paisagem e formas da paisagem

Falar sobre a paisagem e seu processo de formação é falar sobre uma construção histórica cujos alicerces estão apoiados numa cadeia de eventos que, embora formem uma trama sólida e coerente, nem sempre estão completamente colados ao universo de nossas preocupações imediatas.

A paisagem traduz as relações sociais e espaciais que identificam um território. Entendê-la como processo é reconhecer as possibilidades que ela oferece de pensar essas relações no tempo e no espaço, de entender o mundo, seu sistema de referências e seu processo de representação (SANTOS, 1994, p. 41-42). Falar em paisagem é fazer referência, simultaneamente, ao urbano e ao não urbano, ao social e ao natural, a todas as feições do território construído e apropriado.

Visto sob esse prisma, um território não pode ser considerado como mero receptáculo de intervenções que dele prescindem para sua concepção e, portanto, as formas de sua paisagem não podem assumir um caráter terminal visto que, tanto o território quanto sua configuração, não constituem produtos, mas processos sociais. "O território já usado pela

sociedade ganha usos atuais que se superpõem e permitem ler as descontinuidades nas feições regionais. Certas regiões são, num dado momento, mais utilizadas e, em outro, o são menos. Por isso, cada região “não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 12-13).

O uso de um território envolve, além do aparelhamento técnico-científico-informacional, a garantia da fruição e da capacidade de ação solidária de seus atores; isso implica uma diferenciação temporal de suas formas, já que seus conteúdos não permanecem imutáveis ao longo da história. “As formas da paisagem, então, freqüentemente tomadas como atos finais ... acréscimos materiais destinados a permitir a modernização e o desenvolvimento, são, na verdade, condições para a existência dos lugares ... (e) não correspondem, portanto, a uma idéia de finalização, mas a uma idéia de transformação” (PEREIRA LEITE, 2001, p. 434).

Assim, falar em obsolescência das formas materiais envolve discutir o próprio processo de qualificação da paisagem. As formas não constituem dados externos ou estranhos às práticas da sociedade, mas representam modalidades intrínsecas de comportamento social. Se for assim, formas obsoletas indicariam, ou deveriam indicar atividades sociais cujo sentido se perdeu ou está distante das práticas correntes de produção econômica e de reprodução social³.

3. Formas obsoletas e formas efêmeras: mobilidade e excesso

Nessa perspectiva, obsolescência das formas da paisagem quer dizer perda de significado ou de valor social dos objetos que estruturam uma paisagem, o que implica reconhecer como obsoletas todas as formas passíveis de promover a segregação, a opressão ou a frustração das expectativas da sociedade. Ou todas as formas efêmeras, criadas para responder a necessidades parciais ou imediatas de mobilidade econômica.

A mobilidade é uma dimensão do espaço, ou de alguns subespaços hegemônicos da atualidade. Se for verdade que o espaço não é homogêneo e, portanto, a difusão dos objetos e a incidência das ações, que não é a

mesma em toda parte (SANTOS, 1996, p. 267), cria uma mobilidade necessária, será igualmente verdadeiro que essa mobilidade, em alguns casos, é produzida junto com os objetos e as ações que a determinam e, em outros, é meramente consumida, como reflexo das normas de funcionamento do espaço total. Nesse último caso, a mobilidade perde seu potencial transformador, para tornar-se instrumento do efêmero. O efêmero é a mobilidade absoluta, a falta de controle, a perda do sentido de lugar, o esvaziamento do conteúdo cultural das formas da paisagem. Mas, se existe uma mobilidade subjugada às coisas, pode existir uma mobilidade controlada pelo homem. Para Milton Santos, cabe discutir, na atualidade, em que medida uma territorialidade longa é mais importante do que o efêmero. A memória coletiva, para ele, apontada como o cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, é sistematicamente apagada pelos eventos, pelo novo, que passa a trabalhar com a descoberta, em substituição à experiência, para criar novos saberes. “A força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a conseqüente redescoberta são individuais, diferenciados, enriquecendo as relações inter-pessoais, a ação comunicativa. Assim, o que parecia uma inferioridade, na realidade é uma vantagem” (SANTOS, 1996, p. 263-264).

A mobilidade contemporânea, a que freqüentemente se atribui uma dimensão desagregadora, teria, ao lado do risco constante da obsolescência, uma qualidade de surpresa, importante na produção das novas estruturas da cidade e quanto maior a multiplicidade, a concentração de atividades, a complexidade do ambiente urbano, maiores as oportunidades de renovação ou de substituição das formas obsoletas da paisagem.

Deslocar as discussões sobre o território dos objetos para as formas de sua paisagem ou, nas palavras de Milton Santos, das coisas para as coisas movidas pela ação, é, também, dar espaço para a aceitação da mobilidade, da criatividade e da participação – a ação em seu significado unitário – na conformação dos espaços de vida de uma sociedade. Isto nos traria, ainda, a possibilidade de discutir politicamente, e não apenas financeiramente, a aplicação racional dos recursos públicos, desvinculando o significado de racionalidade da mera economia de recursos ou corte sumário de despesas.

O caminho de entrada para esse campo de discussões é a fluidez real, a livre circulação e utilização das estruturas e dos tempos de um território por todos os seus atores. Importa indagar sobre as possibilidades de convivência – no sentido amplo – que se criam a partir dos diversos lugares de um território, em contraposição à unificação que o uso pragmático desse território determina. E importa, também, indagar sobre a ação do Estado, sobre seu interesse em intervir diferenciadamente sobre o território para assegurar, aos lugares que o integram, condições de permanência e reconstituição das formas de suas paisagens.

Três diferentes tipos de relação sociedade/ território podem ser considerados nessa discussão: o território como recurso, o território como empreendimento e o território como processo.

4. Produtividade e competitividade: o território como recurso

O entendimento do território como recurso, embora tão antigo quanto a própria exploração da natureza para finalidades econômicas, parece renovar-se constantemente, travestir-se incansavelmente, lançando mão de sucessivas fantasias, a mais recente delas sob o nome de planejamento estratégico.

Inspirado em conceitos e técnicas de *marketing*, originárias do planejamento empresarial, o planejamento estratégico justifica-se, segundo seus formuladores, porque as cidades – e por conseqüência os territórios nacionais – estão submetidos aos mesmos desafios da nova economia mundial. “Se durante um largo período de tempo o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de uso coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão territorial teria, agora, como nexos centrais, o problema da competitividade e produtividade urbanas” (VAINER, 1999, p. 1).

De um lado, impressiona o número de cidades brasileiras e latino-americanas que acenam com a adoção desse tipo de planejamento para fazer frente a seus crescentes problemas de gestão e organização e de outro parece duvidoso que a adoção de modelo tão tradicionalista e

inflexível de relação com o território possa ser de alguma eficácia para responder aos desafios das novas condições impostas pela economia mundial às cidades e a seus habitantes.

Se o que anima as discussões sobre produtividade e competitividade urbana – razão de ser do planejamento estratégico – é a idéia de que as cidades apresentam-se, hoje, como simples mercadorias a serem vendidas, parece não existir o mesmo consenso sobre quem seriam seus consumidores privilegiados, e nem mesmo sobre quais, entre seus atributos, constituem-se em insumos valorizados pelo capital internacional. Parques industriais e tecnológicos, infra-estrutura de telecomunicações e informações, aeroportos internacionais, segurança e outros itens compõem um cardápio genérico e universal de atrativos, mas uma cidade pode ser valorizada, também, por seus atributos paisagísticos como, por exemplo, a existência de um sistema de espaços públicos tratados e utilizados, visuais amplas, possibilidade de orientação e entendimento imediato da estrutura urbana, valorização de seus referenciais e de seu patrimônio arquitetônico, facilidade de circulação e possibilidade de utilização de seus equipamentos por todas as classes sociais. Esses dois conjuntos de atributos são, igualmente, constituídos por investimentos e recursos públicos, mas o segundo não decorre unicamente e nem diretamente da quantidade de recursos investidos na modernização e na criação de uma imagem ideal de cidade: suas raízes estão fincadas numa ordem espacial vinculada ao próprio lugar e sua história e, portanto, dependente da sociedade que ali se estabeleceu e que reivindica aquilo que é de seu interesse direto. Cria-se, assim, através da valorização de certos atributos locais, uma lógica de circulação e uso do território menos atrelada às expectativas do mercado, oferecendo um conjunto de opções que, mesmo único, não é incompatível com certas preferências do capital internacional.

Assim, o que a cidade poderia oferecer ao mercado global não seria criado sob medida para a atração de investidores, visitantes e usuários solventes (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 158), e nem decorrente de decisões governamentais de construir os sistemas de infra-estrutura exigidos pelas corporações internacionais, prática que exige o investimento de recursos abundantes – e freqüentemente subtraídos de programas sociais. A

utilização desse território corporativo é, muitas vezes, efêmera, visto que as empresas podem desinteressar-se e retirar-se subitamente de um lugar, deixando ali apenas o esqueleto de sua presença passada que, extremamente sofisticado e exclusivo, não comporta, na maior parte dos casos, adaptações a outros usos, terminando por desestabilizar a paisagem do lugar. A degradação e a violência tornam-se inevitáveis e, quase sempre, incontornáveis, constituindo-se numa carga para o conjunto da sociedade e suprimindo-lhe condições efetivas de bem-estar.

Por outro lado, esse equipamento seletivo do território, por exigir uma massa de investimentos de vulto, tem a tendência de concentrar cada vez mais atividades semelhantes ou complementares num só lugar, “criando verdadeiras especializações produtivas, seja no campo ... seja nas cidades consagradas a certo tipo de produção industrial ou conjunto de produções” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 299).

A necessidade de tornar-se permanentemente atraente para um cliente tão exigente quanto o capital financeiro internacional leva as cidades a investir sua energia criativa quase exclusivamente em obras de caráter genérico e universal – hotéis de luxo, centros de convenções, restaurantes com cardápio internacional, edifícios inteligentes – com projetos e equipamentos capazes de receber qualquer tipo de atividades comerciais ou de *business organization*. No conjunto, a paisagem resultante é de essência predatória e, quando não elimina, ao menos minimiza a possibilidade de usos mais estáveis e menos sujeitos ao “processo de construção-destruição-reconstrução de diferenciações e hierarquias, que conduz a freqüentes desvalorizações e revalorizações de partes do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 294-295).

É o mercado externo, aquele constituído pela demanda de localização para o grande capital, que entende o território como um recurso, com todas as conseqüências que daí advêm para seus lugares: atenção excessiva para os objetos que compõem a paisagem e total descaso para com seus moradores. Mesmo os de maior poder aquisitivo, não são, necessariamente, os maiores beneficiados por esse leque de serviços sofisticados.

Carlos Vainer, em seu artigo “Pátria, Empresa e Mercadoria”, citando Bouinot e Bermils, informa sobre os critérios que a Euronews – consórcio

de doze cadeias de televisão européias – utilizou para selecionar a cidade em que iria implantar seu centro de produção e emissão: acesso a partir das capitais européias por via aérea, ferroviária e rodoviária; recursos em telecomunicações terrestres e por satélites; condições infra-estruturais para as edificações previstas (superfícies, energia, climatização, isolamento acústico, telefonia, estacionamentos, etc.); condições de acessibilidade à área de implantação das edificações (acesso ao centro e aos bairros residenciais, transporte coletivo); garantia de moradia, para o pessoal empregado, em condições financeiras favoráveis; legislação trabalhista pertinente; custo de vida baixo; equipamentos culturais e esportivos; apoio financeiro, subvenções e avais bancários; legislação financeira e fiscal convenientes (BOUINOT; BERMILS, 1995, p. 41).

Nenhum desses critérios depende de características históricas ou culturais das possíveis cidades candidatas. Ao contrário, quanto mais distantes das práticas cotidianas de uso do lugar pelos moradores, mais valiosos serão os recursos que, revestidos de um caráter de exclusividade de uso, atenderão plenamente as imposições ditadas pelo planejamento estratégico.

O passo seguinte, o fechamento das fronteiras dessas áreas urbanas aos visitantes e usuários insolventes, transforma em projeto aquilo que é uma realidade vergonhosa: o entendimento de que o direito à cidade é apenas para os que pagam impostos e, portanto, podem determinar as formas de retorno de seu investimento.

5. Imagem, requalificação e gentrificação: o território como empreendimento

Não basta, porém, que as cidades exibam, concreta ou simbolicamente, os atributos valorizados pelo capital financeiro: é preciso, também, que exibam uma imagem de segurança ou de intenção de proteção ao visitante, mesmo que seus habitantes estejam sujeitos a todo tipo de intolerância, preconceito e arbitrariedade. A cidade não precisa ser segura, justa e democrática, mas precisa, sem dúvida, aparentar segurança, justiça e democracia. E são muitos os meios através dos quais se atinge essa condição tão valiosa.

Para George Benko, os lugares são dotados de especificidades que conduzem o espaço a uma divisão particular, o mundo. O mundo, para o autor, seria a contrapartida da globalização, já que é constituído por uma sucessão de diferenças (BENKO; PECQUEUR, 2001)⁴.

Essas diferenças teriam sua gênese num processo social que, para ele, inicia-se com a existência de recursos genéricos – reservas ou potenciais latentes num determinado lugar – e termina com a criação de recursos específicos – aqueles que não são transferíveis porque não são objetos de mercado como, por exemplo, instituições e organizações de valor local – passando por ativos genéricos e específicos que não permitem diferenciações duráveis entre os lugares porque são totalmente passíveis de transferência, mesmo que a altos custos – por exemplo, a informação, o capital, a tecnologia, etc.

Mas, mesmo esses fatores de diferenciação entre lugares podem ser utilizados como atrativos pelo poder público ou pela iniciativa privada para oferecer ao mercado internacional a imagem de lugar ou de cidade que vai ao encontro de seus interesses de momento. Borja e Forn y Foxá, estão convencidos de que as cidades, ao competirem entre si, buscam, por todos os meios, aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão, para chamar para si investimentos e tecnologias ou empresas multinacionais que possam transferi-los (BORJA; FORN Y FOXÁ, 1966, p. 33).

De acordo com esses argumentos, todos os fatores de diferenciação entre os lugares – seus recursos específicos – devem ser mobilizados para atrair interesses que os transformem em ativos, genéricos ou específicos, que por sua alta mobilidade ou valor de troca, terminam por reduzir todos os lugares à mesma condição: a de empresas, cuja gestão, além de estar a serviço do capital – e daí a necessidade de aparentar segurança, justiça e democracia – torna legítimas a utilização e gestão do patrimônio público em benefício de grupos “estratégicos”.

Se as grandes cidades, por sua diversidade sócio-espacial, são os atores privilegiados dessa visão empresarial, são elas, também, por outro lado e pela mesma razão, pólos de atração da pobreza, o que as torna mais capazes de acolher atividades do circuito inferior da economia (SANTOS, 1979) e

seus respectivos agentes, entre os quais, os pobres. Sua paisagem freqüentemente revela, através da procura incessante de identidade própria, e aqui o caso da cidade de São Paulo é emblemático, o embate entre as sucessivas adaptações ao moderno e a constante desatenção ao preexistente. A cidade precisa, para criar uma imagem sempre atraente, requalificar-se por meio de processos de renovação urbana e gentrificação, quase sempre consistindo na expulsão sumária dos insolventes que ocupam suas áreas deterioradas e na imediata retomada dessas áreas pelo capital financeiro especulativo. O passo seguinte é o de dirigir, por meio de parcerias ou articulações público-privadas, programas, projetos e ações do poder público na direção dos interesses dos grupos empresariais estratégicos. “Todavia, o custo do alheamento com o qual se implanta essa modernidade, representa um peso sobre os outros aspectos da vida local, mediante custos públicos e privados, federais, estaduais e municipais ... Toda a cidade sofre os resultados desse processo” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 287).

Voltamos, aqui, à questão inicial deste texto: a aplicação racional de recursos públicos não estaria mais ligada à criação de condições locais de uso pleno das cidades – que não são incompatíveis com os interesses financeiros internacionais – do que à sua modernização incompleta e imperfeita, porque parcial e seletiva? Afinal, os custos desse tipo de modernização redundam, sempre, no aumento da violência, da injustiça e da segregação, condições que as cidades modernas parecem não poder mais aceitar.

6. As utopias do cotidiano: o território como processo

Para entender o território como um processo não basta ter, dele, uma visão totalizante, mas é preciso que exista, também, a possibilidade de percorrê-lo de todas as formas possíveis: percorrer, é condição para a participação da sociedade nas transformações e reorganizações de seus lugares de vida e, por extensão, do território como um todo. Não devem existir, portanto, em um território, lugares exclusivos de elites ou corporações ou vetados à utilização de certas classes sociais.

As condições para a participação da sociedade na determinação dos rumos de seu cotidiano estão, porém, ainda hoje, muito distantes do

mínimo necessário para assegurar o entendimento concreto do mundo como possibilidade – que se apóia no novo, na mistura de gostos, culturas, filosofias, numa sócio-diversidade altamente criativa – em contraposição ao mundo como discurso – que se vale da difusão acrítica e instantânea de notícias, imagens e fantasias descontextualizadas.

A configuração da paisagem em cada um dos lugares do território decorre da combinação entre a organização espacial e a vida cotidiana desses lugares: não são apenas as empresas, o capital internacional ou o Estado que produzem a paisagem por meio de uma organização espacial que atenda a seus interesses diretos, mas também a população a produz, pelo uso que faz, ou deixa de fazer, dos objetos urbanos contidos no lugar.

Certas iniciativas políticas podem, às vezes, abrir caminho para a alteração do modo de relação entre a sociedade e seu lugar de vida, mesmo que o cotidiano desse lugar esteja, como no caso do Brasil, inexoravelmente cativo das determinações tirânicas do capital internacional. O importante é, sobretudo, discutir de que modo essas iniciativas trabalham com a expectativa de compreensão do papel do território no cotidiano social – o contexto interpretativo do lugar – e como entrelaçam os conteúdos técnicos e culturais do lugar com a espessura da comunicação que ele abriga – a combinação entre os diferentes planos de comunicação visual, informacional, tecnológico, publicitário, etc.

Algumas cidades brasileiras têm sido palco de situações específicas no campo das relações entre sociedade e lugar. Essas experiências estão aqui apresentadas de modo resumido a título de ilustração.

Porto Alegre, cidade inserida dentro da região colonial do Rio Grande do Sul (SOUZA, 2000, p. 44), escoadouro da produção agrícola do norte do estado, industrializou-se, aceleradamente, a partir de 1890 (SINGER, 1977, p. 172), terminando por abrigar uma população de trabalhadores sindicalizados que, não em decorrência direta desse fato, mas como uma de suas conseqüências, desenvolveu atuação política de base fortemente reivindicatória e participativa. A partir de 1989, a experiência municipal de orçamento participativo implantada pelo governo municipal trouxe como resultado o aumento do interesse da população com relação aos problemas da cidade.

O orçamento participativo, criado como um controle social das decisões do Estado, é uma promessa socialista que remonta ao século XIX. Sua elaboração é feita por meio de um processo de exposição de motivos do poder público aos movimentos populares e de incorporação, pelo poder público, das reivindicações dos movimentos populares. Durante a vigência desse mecanismo de elaboração e votação do orçamento municipal, em um processo que se estendia de março a novembro, assembléias nos distritos da capital gaúcha definiam as obras que consideravam prioritárias para constar do plano de investimentos municipais. O resultado dessas reuniões transformava-se em projeto apresentado à Câmara dos Vereadores e não há notícia de que essas propostas tenham sido recusadas. Até o ano de 2005, outras 80 cidades do Rio Grande do Sul adotaram essa prática.

Uma das conseqüências diretas desse processo, na opinião dos administradores públicos, é a procura, por parte das lideranças comunitárias, por conhecimentos sobre economia e planejamento urbano que lhes permitam compreender e transmitir, a seus representados, os mecanismos de organização política, social e econômica que embasam a gestão pública. Desse modo, por meio do entendimento da cidade e de suas articulações territoriais, a população passa a solicitar ao poder municipal a implantação de projetos habitacionais, de transporte, de saneamento, etc., que possibilitem o desenvolvimento também de setores da cidade considerados importantes para seus moradores e não apenas dos considerados estratégicos para a instalação das empresas ou do capital financeiro internacional.

O número dos envolvidos no processo participativo é ainda muito baixo em relação ao total dos habitantes da cidade – aproximadamente 14.000 pessoas no exercício 2005/06, correspondendo a 1% da população – e, principalmente, sua distribuição espacial por certo coincide com a das áreas mais pobres, o que revela a dificuldade de superar a oposição entre as classes sociais no entendimento e utilização democrática da cidade e de seus equipamentos. É preciso reconhecer, entretanto, que essa iniciativa, ao dar voz a uma parcela mesmo que pequena dos moradores tem, potencialmente, a capacidade de implantar formas de circulação e apropriação urbanas mais próximas de suas necessidades.

Num outro extremo, o caso de São Luiz, no Maranhão, que poderia, facilmente, ser enquadrado nos contornos de uma atuação paternalista do poder público em relação à sociedade, apresenta resultados igualmente interessantes.

A cidade, situada num dos Estados mais pobres da Federação, possui enorme tradição, ibérica em sua origem, de utilização de espaços públicos para eventos e festas populares e religiosas. Por motivos que não pertencem a esta discussão, seu sistema de espaços públicos sofreu, ao longo dos últimos 50 anos, um forte processo de deterioração e descaracterização que terminou não apenas por inviabilizar seu uso para as finalidades que lhe são próprias, como também por afastar das ruas as comemorações tradicionais da população, que se fechou numa espécie de recolhimento privado, com prejuízos evidentes para as atividades de turismo, uma das principais fontes de renda do município.

O Projeto Viva Bairros, patrocinado pela Secretaria de Planejamento do Estado e implantado, inicialmente, em áreas carentes da cidade de São Luiz, consistiu no equipamento de praças de bairro para atender às reivindicações básicas dos grupos de teatro e de dança – instalação de sanitários, lanchonetes e áreas de descanso. Esse equipamento, entretanto, tem caráter permanente, o que fez com que sua utilização fosse contínua e não apenas vinculada ao calendário das festas populares, e isso, na opinião dos responsáveis por sua criação e manutenção, foi fator de profundas alterações na relação entre os habitantes e a cidade. Mais ainda, a distribuição espacial desse equipamento obedece a necessidades decorrentes de tradições culturais locais, isto é, são objeto de projeto, prioritariamente, as áreas urbanas vinculadas à história da cidade, mesmo que, por força do processo de desenvolvimento econômico, tenham perdido interesse ou centralidade.

É preciso reconhecer que a implantação do Projeto Viva Bairros, com todas as deficiências de execução que possam ser observadas, terminou por forçar um outro modo de percorrer o espaço urbano e pode propiciar uma outra forma de relação entre os moradores e seu lugar de vida.

Em Alcântara, cidade histórica próxima a São Luiz, o ato de percorrer a cidade está atualmente reduzido à circulação pela área central, tombada pelo patrimônio histórico. Como decorrência de acordo firmado entre os

governos do Brasil e dos Estados Unidos é permitido ao último o uso da base militar da cidade que, por sua proximidade com a linha do Equador, possibilita enorme economia de combustível nas experiências aeroespaciais. A vigência desse acordo trouxe como consequência o veto à livre circulação da população local por extensas áreas do município, o que estaria justificado pelo caráter confidencial desse tipo de experimento. Com o entorno da base militar definido como área estratégica, seus moradores foram removidos e a maioria viu desaparecer sua fonte de renda, já que a área em questão era constituída por pequenas propriedades de produção agrícola.

A situação específica de Alcântara, aliando restrições de percurso ao abandono da cidade pelos moradores, que viram eliminadas suas condições de trabalho, levará com certeza e dentro de pouco tempo, à morte das relações entre os moradores e o lugar, restando à cidade apenas o papel de centro turístico com todas as desvantagens que essa situação carrega.

Já em Fortaleza, o projeto “Encontro das Comunidades”, desenvolvido sob o comando de professores do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, teve como interesse inicial encaminhar para discussão com os moradores o Plano Diretor da Cidade. O processo de discussão iniciou-se por meio de leituras comunitárias de mapas das diversas regiões da cidade com a dupla finalidade de apreender a realidade local e de entender o conteúdo do Plano Diretor e suas consequências sobre o cotidiano das pessoas. Os diversos *workshops* organizados com a participação de lideranças comunitárias discutiram a carência de espaços livres públicos na metrópole e alternativas para o reassentamento das famílias que ocupavam áreas de preservação permanente, áreas de proteção de mananciais ou outros tipos de áreas especiais. Como resultado do processo, vários representantes comunitários foram capacitados para as discussões do Plano Diretor e apresentaram propostas alternativas que foram inseridas no texto levado à aprovação do Legislativo Municipal, numa situação de relação entre moradores e poder público semelhante à de Porto Alegre. A vantagem adicional desse projeto é o entendimento do papel dos espaços públicos de circulação e de proteção na manutenção das condições de funcionamento da estrutura urbana. A busca de alternativas de consenso

para o reassentamento da população que ali habitava de forma precária evita, também, a repetição de episódios de invasão que a ninguém interessam e permite a adoção de políticas específicas para proteção de áreas especiais.

Em todos os casos aqui apresentados, o novo é o destaque dado aos recursos específicos dos lugares para revelar a diversidade e as possibilidades de uso e percurso das cidades por seus próprios moradores. Essa forma de entendimento pode criar laços mais estáveis entre a população e o poder público no sentido de dotar as cidades de infra-estrutura, serviços e equipamentos que possibilitem sua efetiva apropriação por seus moradores. É um contraponto ao leilão de atrativos internacionais apregoado pelo planejamento estratégico, que oferece ao mercado financeiro todas as condições para aniquilar diversidades: seus olhos estarão sempre voltados para as semelhanças e homogeneidades entre as cidades, visto que delas não se apropria, e nem lhe interessa, mas apenas faz uso de algumas de suas partes por um período de tempo que coincide com a obtenção de retorno dos investimentos feitos.

Homogeneidades podem ser criadas com facilidade, porque dependem exclusivamente de capital e pressão de interesses momentâneos, mas diversidades, ao contrário, são resultantes de condições históricas e culturais únicas e não transferíveis. São elas as únicas situações que, valorizadas, podem reverter a apropriação do território como recurso e abrir espaço para as utopias do cotidiano.

Notas

¹ Milton Santos, em *A Natureza do Espaço*, propõe o espaço como conjunto indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações, assim como admite que, para fins da análise efetuada naquele livro, mesmo os objetos naturais podem ser incluídos entre os objetos técnicos, se for considerado o critério do uso possível (SANTOS, 1996, p. 31-32).

² Para Montaner (1997, p. 45), "os lugares já não se interpretam como recipientes existenciais permanentes, mas são entendidos como intensos focos de acontecimentos, como concentrações de dinamismo, como caudais de fluxo de circulação, como cenários de acontecimentos efêmeros, como cruzamentos de caminhos, como momentos energéticos".

³ Henry Lefebvre, em "A Produção do Espaço", argumenta que o sentido de lugar, em uma paisagem cultural, é ligado à economia política: cada sociedade, ao longo da história, molda um espaço social particular, que corresponde ao entrelaçamento das suas necessidades de produção econômica e de reprodução social. Em "A Revolução Urbana", afirma que a

realidade urbana modifica as relações de produção, mas não as transforma, tornando-se, assim, uma força de produção, como a ciência ou a técnica.

⁴ Essas idéias foram apresentadas inicialmente para discussão em reuniões científicas realizadas nos dias 6, 7 e 8 de março de 2001, com a equipe do projeto “Empresas Territoriais e Dinâmicas da Formação Sócio-espacial Brasileira”, no Centro de Estudos Territoriais Brasileiros (Laboplan), Departamento de Geografia da FFLCH USP.

Referências Bibliográficas

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul-dez 2001.

BORJA, Jordi; FORN Y FOXÁ, Manuel de. Políticas de Europa e dos estados para as cidades. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano XVI, n. 39, 1996.

BOUINOT, Jean; BERMILS, Bernard. **La gestion stratégique des villes: entre compétition et coopération**. Paris: Armand Colin, 1995.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 152-166, julho 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'Espace**. 4ª Édition. Paris: Anthropos, 2000.

MONTANER, Josep Maria. **La modernidad superada - arquitetura, arte y pensamiento del siglo XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

PEREIRA LEITE, Maria Ângela Faggin. **As tramas da segregação: privatização do espaço público**. 1998. Tese (livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEREIRA LEITE, Maria Ângela Faggin. Uma história de movimentos. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001. p. 433-446.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001. 471 p.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico**. Rio de Janeiro, inédito, 1999.